

CONTRATO Nº 002/2023

Processo nº. 03.22.783

Contratação de empresa para prestação dos serviços de consultoria, que celebram a PBH ATIVOS S/A e o consorcio **MRA-VALLYA-MOMENTUM**

A **PBH ATIVOS S/A**, Sociedade Anônima de capital fechado, sob o controle acionário do Município de Belo Horizonte, com sede na Rua Espírito Santo, nº 605 – 10º Andar – Centro – Belo Horizonte / MG – CEP: 30.160-919, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ/MF sob o nº 13.593.766/0001-79, neste ato representada por seu Diretor Presidente Pedro Meneguetti, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF sob o nº 418.354.846-20, e por seu Diretor de Negócios, Daniel Rodrigues Nogueira, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF sob o nº 063.178.506-07, doravante denominada **CONTRATANTE** e o **CONSORCIO MRA-VALLYA-MOMENTUM**, integrado pelas sociedades: **MACIEL ROCHA SOCIEDADE DE ADVOGADOS - "MACIEL ROCHA"** (CNPJ: 14.171.693/0001-90-**Conso**rciada Líder, estabelecida à Rua Desembargador Jorge Fontana, nº 50, 9º andar, Bairro Belvedere, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.320-670, representada por seu sócio-diretor Gustavo Eugênio Maciel Rocha e CPF: 746.398.466-49, representado na forma de seus atos constitutivos; **VALLYA ADVISORS ASSESSORIA FINANCEIRA LTDA. - "VALLYA"** (CNPJ: 28.498.811/0001-83), estabelecida na Alameda Jau, nº. 1.749, Bairro Jardim Paulista, São Paulo/SP, CEP: 01.420-007, representada por seu sócio-diretor Maurício Taufic Guaiana e CPF: 318.355.198-57 e **MOORE STEPHENS MOMENTUM ACCOUNTING - CORPORATE FINANCE & PERICIAS: CONTÁBIL, ECONOMICA, DE ENGENHARIA E FINANÇAS LTDA. - "MOMENTUM"** (CNPJ: 07.513.087/0001-40), estabelecida na Av. Doutor Luís Rocha Miranda, nº, 159, Bairro Jabaquara, São Paulo/SP, CEP: 04.344-010; neste ato denominada **CONTRATADA**, celebram o presente CONTRATO, decorrente do Pregão Eletrônico 002/2022, processo administrativo nº 03.22.783, conforme cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DAS DEFINIÇÕES

1.1. Os termos abaixo, grafados em caixa alta, quando utilizados no presente Contrato, terão os significados abaixo descritos, tanto quando utilizados no singular, quanto no plural:

- I. **CONTRATADA**: a LICITANTE vencedora do PREGÃO, na condição de signatária do presente CONTRATO;
- II. **CONTRATANTE**: PBH ATIVOS, na condição de signatária do CONTRATO;
- III. **CONTRATO**: presente contrato de prestação dos SERVIÇOS, celebrado entre a PBH ATIVOS e o LICITANTE vencedor do PREGÃO, incluindo todos os seus anexos;



- IV. EDITAL: edital de licitação referente ao PREGÃO, incluindo todos os seus anexos;
- V. LICITAÇÃO: designa a licitação referente ao Pregão nº 002/2022.
- VI. LICITANTE: pessoa jurídica que participe do PREGÃO, conforme condições estabelecidas neste CONTRATO e na legislação aplicável;
- VII. PREGÃO: licitação realizada na modalidade pregão eletrônico, referente a este processo, que resultou no presente CONTRATO;
- VIII. PREGOEIRO: empregado da PBH ATIVOS, designado por meio da Portaria nº 19/2022, para a condução do PREGÃO, na forma do EDITAL e da legislação aplicável;
- IX. SERVIÇOS: denomina os serviços que compõem o objeto do PREGÃO, conforme especificações do EDITAL, em especial do Anexo I, bem como da Proposta apresentada pelo LICITANTE vencedor.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E DOS ANEXOS

2.1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria visando a fixação de uma metodologia de revisão de contratos de Parcerias Público-Privadas (PPP)s, bem como o levantamento e análise de dados e informações corporativas para verificação da integridade das transações dos contratos de PPP no que se refere, não apenas ao cumprimento de obrigações conforme matriz de riscos, mas também à mensuração de desempenho, seus impactos na remuneração e às penalizações, dentre outros aspectos contratuais, de modo a subsidiar a CONTRATANTE no processo de análise do equilíbrio dos Contratos (revisões ordinárias e extraordinárias), bem como à um eventual suporte a discussões futuras, em conformidade com as condições, quantidades e exigências estabelecidas nos contratos, termos aditivos e seus anexos.

A descrição da prestação do serviço consta do ANEXO I deste contrato e será dividido em três entregas:

“Entrega 1”: Instrumento metodológico de Revisão Contratual, considerando os aspectos econômicos, financeiros, jurídicos e qualitativos, em observância aos termos previstos nos contratos, seus aditivos e anexos.

“Entrega 2”: Relatório conclusivo acerca da projeção do Fluxo de Caixa Projetado (FCP) e o Fluxo de Caixa Original praticado pela concessionária (FCO) da revisão contratual da PPP do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro, elaborado a partir da aplicação da metodologia desenvolvida na “Entrega 1”.

“Entrega 3”: Banco de horas para suporte à discussões futuras, com análises sob demanda, caso necessário.

2.2. Integram o presente CONTRATO, para todos os fins de direito:

- I - Anexo I do Edital - Descrição do serviço;
- II - Proposta da Contratada;

III- Edital completo independente de sua transcrição;

IV - Matriz de Risco.

2.2.1. Em caso de divergência ou contradição entre as disposições dos documentos mencionados no *caput* e as deste CONTRATO, prevalecerão as regras contidas no edital da licitação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

3.1. Este CONTRATO é regido pelas suas disposições, incluindo seus anexos e pelas seguintes normas, incluindo suas alterações: Decretos Municipais nº 15.113/2013, nº 17.317/2020, nº 16.535/2016 e nº 15.185/2013, Lei Municipal nº 10.936/2016, Leis Federais nº 10.520/2002, 12.846/2013 e nº 13.303/2016, Lei Complementar Federal nº 123/2006, Instrução Normativa PBH ATIVOS nº 007/2022 que instituiu o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PBH ATIVOS, e ainda, pelas demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente, e pelos preceitos de direito privado.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

4.1. O prazo de vigência deste CONTRATO é de 60 (sessenta) meses, contados da data de sua assinatura.

4.2. Os prazos de execução do CONTRATO serão divididos de acordo com cada entrega relacionada no objeto e constante do anexo I.

4.2.1. O prazo de execução da "Entrega 1" será de 60 (sessenta) dias, contados da data da emissão da Ordem de Serviço.

4.2.2. O prazo de execução da "Entrega 2" será de 12 (doze) meses, contados da data da emissão da Ordem de Serviço.

4.2.3. O prazo de execução de cada serviço que integre a "Entrega 3" será estabelecido pela respectiva Ordem de Serviço, observando-se a complexidade e a especificidade de cada demanda abarcada pelo banco de horas.

4.3. A Contratada fará uma reunião, com agendamento prévio, com a Equipe da PBH Ativos, para apresentação da sua estrutura organizacional, em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do Contrato, com o objetivo de coletar dados e obter as informações necessárias para a programação definitiva dos trabalhos.

4.3.1 O Plano de trabalho com o cronograma deverá ser aprovado pela PBH ATIVOS S/A, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a reunião para apresentação da sua estrutura organizacional, sem prejudicar o escopo global do trabalho;

4.4. Como resultado dos serviços a serem executados, deverão ser entregues os produtos devidamente detalhados no ANEXO I deste contrato.

4.5. A Ordem de Serviço – OS será emitida pela CONTRATANTE após a aprovação do Plano de Trabalho.

4.6. Quaisquer alterações para a apresentação dos relatórios, a Contratada deverá submeter ao prévio conhecimento e aprovação da PBH ATIVOS S/A.



Contrato nº 002/2023

Rua Espírito Santo nº 605 – 10º andar – Centro - CEP: 30.160.919, Belo Horizonte | MG

☎ +55 31 3246.7044 ✉ contato@pbhativos.com.br CNPJ: 13.593.766/0001-79

Página 3 de 31

[Handwritten signatures and initials]

CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5. Os serviços estão descritos no ANEXO I - DESCRIÇÃO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, deste Contrato e serão executados na Cidade de Belo Horizonte/MG, no escritório da Contratada e entregues à PBH Ativos, localizada na Rua Espírito Santo nº 605 – 10º andar – Centro – Belo Horizonte/MG – CEP nº 30.160-919, no horário de 09:00 às 17:00 horas, em dias úteis, na Diretoria de Negócios – DINE ou virtualmente por meio do endereço eletrônico dine.ativos@pbhativos.com.br.

5.1. O serviço será recebido pela CONTRATANTE da seguinte forma:

I. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com o especificado no edital e anexos, parte integrante do contrato celebrado.

II. Definitivamente, no caso de a execução do serviço estar de acordo com o especificado no edital e anexos.

III. Uma vez verificado a conformidade do objeto contratual com as exigências do CONTRATO será realizado o recebimento definitivo pelo fiscal do CONTRATO, com a lavratura do Termo de Recebimento Definitivo, após o qual a CONTRATADA será comunicada para emissão da respectiva Nota Fiscal de Serviço.

5.2. Caso seja constatada a desconformidade do serviço com as especificações do CONTRATO, a CONTRATADA deverá corrigir a irregularidade dentro do prazo fixado pela CONTRATANTE, sem qualquer ônus para esta e sem prejuízo das sanções aplicáveis.

5.3. Em caso de irregularidade, o empregado da CONTRATANTE responsável pelo recebimento reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à Gerência Administrativa da CONTRATANTE para as providências cabíveis na forma da lei.

5.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA para as providências cabíveis na forma da legislação.

5.5. O cronograma físico-financeiro a ser executado estará em conformidade com o ANEXO I e o Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR

6.1. Pela execução do objeto do presente CONTRATO, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor global de R\$2.375.000,00 (dois milhões, trezentos e setenta e cinco mil reais), para o período de vigência deste contrato.

6.2. No preço proposto deverão estar incluídos e considerados todos os custos, despesas e condições para prestação do serviço, tais como custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais e trabalhistas, taxas, seguros, prazos de entrega, transporte aos locais que serão fiscalizados, manutenção e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a prestação do serviço.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE PAGAMENTO

7.1. A Contratada deverá emitir Nota Fiscal em nome da consorciada líder, conforme proposta comercial e legislação vigente e entregá-la até 01 (um) dias após sua emissão.

7.2. Os pagamentos serão, correspondentes a cada entrega (Produto), EM CONFORMIDADE COM O ANEXO I e efetuados em até 30 (trinta) dias, após a emissão da (s) Nota (s) fiscal (is) pela CONTRATADA e condicionado à aprovação pelo Fiscal do Contrato.

7.3. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar a prestação dos serviços realizados e o período da execução.

7.4. Havendo irregularidades na emissão da nota fiscal/fatura o prazo para pagamento será contado a partir de sua representação devidamente regularizada.

CLÁUSULA OITAVA– DO RECURSO FINANCEIRO

8.1. O custo deste CONTRATO ocorrerá por disponibilidade financeira da CONTRATANTE, nos termos do art. 12 da Lei Municipal nº 10.003, de 25 de novembro de 2010.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

9.1. O CONTRATO, será reajustado mediante iniciativa da CONTRATADA, desde que observados o interregno mínimo de 1 (um) ano a contar da data limite para apresentação da proposta ou do último reajuste.

9.1.1. Os reajustes poderão ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

9.2. Os preços serão corrigidos monetariamente pelo IPCA/IBGE, ou outro índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da solicitação da CONTRATADA, que deve vir acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que as fundamenta.

9.2.1. A PBH Ativos poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

9.3. Os novos valores contratuais decorrentes do reajuste terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

- I - a partir da assinatura da apostila/termo aditivo;
- II - em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das repactuações futuras ou;
- III - em data anterior à repactuação do CONTRATO, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa que contemple data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.



9.4. No caso previsto no inciso III, o pagamento retroativo deverá ser concedido exclusivamente para os itens que motivaram a retroatividade, e apenas em relação à diferença porventura existente.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A CONTRATADA deverá cumprir fielmente as disposições previstas no contrato, Edital e anexos, na legislação vigente, atuando em consonância com os princípios da probidade e da boa-fé, cabendo-lhe, especialmente:

- I. manter os requisitos e condições de habilitação fixados no processo de licitação ou contratação direta;
- II. comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com a PBH Ativos, bem como a eventual perda dos pressupostos para a participação de licitação;
- III. cumprir, dentro dos prazos assinalados, as obrigações contratadas;
- IV. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou de materiais empregados;
- V. responder pela correção e qualidade dos serviços/bens nos termos da proposta apresentada, observadas as normas éticas e técnicas aplicáveis;
- VI. reparar todos os danos e prejuízos causados diretamente à PBH Ativos ou a terceiros, não restando excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte do fiscal do contrato;
- VII. alocar os recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto contratual, assumindo integral e exclusiva responsabilidade sobre todos e quaisquer ônus trabalhistas e previdenciários, bem como os atinentes a seguro com acidentes de trabalho de seus empregados, zelando pela fiel observância da legislação incidente;
- VIII. pagar, como responsável único, todos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto do contrato, podendo a PBH Ativos, a qualquer momento, exigir da Contratada a comprovação de sua regularidade;
- IX. permitir vistorias e acompanhamento da execução do objeto pelo gestor e/ou fiscal do contrato;
- X. obedecer às instruções e aos procedimentos estabelecidos pela PBH Ativos para a adequada execução do contrato, apresentando as informações solicitadas e os documentos comprobatórios do adequado cumprimento das obrigações contratuais, tenham elas natureza principal ou acessória;
- XI. não infringir quaisquer direitos autorais, patentes ou registros, inclusive marcas, know-how ou trade-secrets, durante a execução do contrato, sendo responsável pelos prejuízos, inclusive honorários de advogado, custas e despesas decorrentes de qualquer medida ou processo judicial ou administrativo iniciado em face da PBH Ativos, por acusação da espécie;
- XII. designar 1 (um) preposto como responsável pelo Contrato firmado com a PBH Ativos, para participar de eventuais reuniões e ser o interlocutor da Contratada, zelando pelo fiel cumprimento das obrigações previstas no instrumento.

§1º. A inadimplência da Contratada quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à PBH Ativos a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

§2º. No âmbito dos deveres de conduta decorrentes do princípio da boa-fé objetiva, a Contratada deverá colaborar com a PBH Ativos no âmbito do processo de demonstração da vantajosidade da contratação, mediante a cobrança de valores razoáveis e condizentes com os praticados no mercado e apresentação de informações detalhadas sobre seus custos unitários e sobre os preços cobrados perante outros clientes.

XIII. Toda a documentação que seja obtida ao longo da prestação do serviço será propriedade exclusiva da CONTRATANTE.

XIV. A CONTRATADA, na forma do art. 49 da Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, deverá ceder à CONTRATANTE os direitos autorais patrimoniais relativos a produtos resultantes da prestação dos serviços técnicos objeto deste Termo de Referência.

XV. Efetuar a prestação dos serviços conforme fixado no Anexo I deste contrato.

XVI. Informar imediatamente à CONTRATANTE qualquer ocorrência que possa impactar a regular execução do CONTRATO, oportunidade em que deverá ainda indicar as medidas necessárias à reversão da questão e a mitigação de seus impactos.

XVII. A CONTRATANTE poderá solicitar a reunião a qualquer momento, na forma presencial, na sede da CONTRATANTE, visando a apresentação de relatórios e definir ações corretivas e ajustes que se fizerem necessários ao bom cumprimento do CONTRATO.

XVIII. É obrigação da CONTRATADA arcar com os custos relativos ao transporte e a alimentação dos profissionais alocados na execução do objeto deste contrato.

XIX. A CONTRATADA deverá manter sigilo sobre o serviço ou qualquer informação, operação, documento, comunicação, equipamento ou material da CONTRATANTE ou de terceiros da qual venha a ter acesso durante a execução do serviço.

XX. A CONTRATADA deverá alocar PREPOSTOS com a devida qualificação e em número compatível com as especificações dos serviços, devendo:

1. Antes do início da execução do CONTRATO, a CONTRATADA deverá indicar o PREPOSTO que será o representante da CONTRATADA no âmbito do CONTRATO, o qual deverá possuir capacitação e os poderes necessários para:

a) garantir a regularidade do vínculo existente entre si e seus PREPOSTOS durante toda a vigência do CONTRATO

b) realizar a interlocução com a CONTRATANTE, incluindo o fornecimento das informações necessárias à regular prestação dos serviços, e aquelas solicitadas pela CONTRATANTE;

c) Participar das reuniões;

d) dirimir eventuais dúvidas ou questões que necessitem de correção.

2. Comprovar a capacitação e a regularidade dos PREPOSTOS alocados, bem como apresentar à CONTRATANTE, sempre que requerido, os documentos e informações necessárias à referida comprovação;

3. Garantir a observância das disposições do CONTRATO e de legislação vigente pelos PREPOSTOS, obrigando-se a manter a CONTRATANTE indene com relação a eventuais prejuízos causados pelos PREPOSTOS à PBH Ativos ou a terceiros.



4. Notificar a CONTRATANTE, previamente, em caso de substituição de PREPOSTOS, resguardando para que a substituição não comprometa a qualidade e a continuidade dos serviços, bem como para que os novos PREPOSTOS atendam ao disposto no CONTRATO.
5. Substituir os PREPOSTOS, caso eventualmente requerido pela CONTRATANTE de forma motivada;
6. Garantir que os PREPOSTOS, incluindo aqueles que venham a ser substituídos, observem os deveres legais e contratuais de sigilo, inclusive após o fim de vigência do CONTRATO;
7. Arcar com todos os custos relacionados aos PREPOSTOS, em especial, mas não se limitando a encargos trabalhistas, previdenciários, securitários e fiscais, tributos, transporte, hospedagem e alimentação, seguros, EPI/EPC, encargos de contratação, de dispensa e de treinamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11. São obrigações da CONTRATANTE:

- I. Designar o um fiscal para acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO.
- II. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA.
- III. Permitir e acompanhar o acesso dos funcionários da CONTRATADA para execução dos serviços referentes ao objeto, sempre que necessário.
- IV. Vetar o emprego de qualquer produto que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA, que possa ser inadequado, nocivo ou danificar seus bens patrimoniais, ou ser prejudicial à saúde dos empregados.
- V. Receber os serviços entregues pela CONTRATADA, que estejam em conformidade, conforme fase a serem realizadas, devendo assinar ao final da avaliação de cada Fase, o Termo de Aceite definitivo.
- VI. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, após o recebimento definitivo dos serviços.
- VII. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços.
- VIII. Notificar, por escrito, a CONTRATADA acerca da aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o direito ao contraditório e a ampla defesa.
- IX. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, quando necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CESSÃO DO CONTRATO, DE SUAS OBRIGAÇÕES E DA SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIO

12.1. O presente CONTRATO não poderá ser cedido ou utilizado sob qualquer hipótese como título de circulação comercial, caução, cessão de crédito e/ou documento exequível a ser apresentado contra a CONTRATANTE por Terceiros.

12.2. Fica vedado à CONTRATADA transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações assumidos nesse CONTRATO.

12.3. A CONTRATADA não poderá:

- I. subcontratar total ou parcialmente o objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo CONTRATANTE, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da CONTRATADA;
- II. associar-se com outrem, realizar fusão, cisão, incorporação ou integralização de capital, salvo com expressa autorização do CONTRATANTE.

12.4. Será permitida participação de empresas na forma de consórcios através da apresentação de Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio.

12.4.1. Os Consórcios formados com este objetivo, deverão comprovar a sua constituição através de compromisso público ou particular, subscrito pelos consorciados com apresentação da proporção de participação de cada uma das consorciadas e indicação da empresa líder, previamente à assinatura do contrato.

12.4.2. Cada consorciado deverá apresentar os documentos de Regularidade FISCAL e ECONÔMICO FINANCEIRA.

12.4.2.1 Para efeito de qualificação técnica será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, proporcionalmente à sua participação.

12.5. Haverá impedimento de participação de empresa consorciada, na mesma licitação, por meio de mais de um consórcio ou isoladamente;

12.6 A formação do consórcio implica em responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio.

Parágrafo único. Como condição indispensável para a celebração do contrato, o licitante vencedor deverá promover a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no item 12.4.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DAS CONDIÇÕES DE GARANTIA CONTRATUAL

13.1. O presente CONTRATO será garantido por meio de seguro garantia, no valor de R\$118.750,00 (cento e dezoito mil, setecentos e cinquenta reais), equivalente a 5% (cinco por cento) do valor contratual, em até 10 (dez) dias úteis contados da assinatura deste CONTRATO.

13.2. A CONTRATADA poderá optar por uma das seguintes modalidades:

- I. Caução em dinheiro;
- II. Seguro garantia;
- III. Fiança bancária.

13.2.1 O prazo para a apresentação da garantia poderá ser prorrogado, por igual período, quando solicitado pela CONTRATADA durante o respectivo transcurso, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela PBH Ativos.



13.2.2. A garantia na modalidade caução em dinheiro será atualizada monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (ou outro que o substitua) quando da sua restituição, e não contemplando remuneração pro rata die.

13.3. A opção pela modalidade de garantia será feita quando da convocação pela PBH ATIVOS S.A.

13.3.1. Caso seja feita opção pela modalidade caução em dinheiro, a mesma deverá ser recolhida obrigatoriamente no Banco do Brasil (Banco 001) através da Conta 9190-1 agência 1615-2.

13.4. A caução em dinheiro só será devolvida após o cumprimento total das obrigações contratuais e deverá ser estendida na forma prevista no item 13.11.

13.5. A cobertura do seguro-garantia vigorará até a extinção das obrigações do tomador, devendo este efetuar o pagamento do respectivo prêmio, por todo o período da garantia, independentemente do prazo de vigência indicado na apólice.

13.6. A garantia na forma de Fiança Bancária terá sua vigência até o cumprimento total das obrigações contratuais.

13.7. A CONTRATANTE poderá utilizar, total ou parcialmente, da garantia exigida para se ressarcir de multas estabelecidas neste CONTRATO.

13.8. O valor da garantia poderá ser utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, obrigando-se a CONTRATADA a fazer a respectiva reposição no prazo máximo e improrrogável de 02 (dois) dias úteis, contado da data em que for notificada.

13.8.1. A garantia somente será liberada ou restituída após a execução de todas as obrigações contratuais e desde que não haja no plano administrativo, pendência de qualquer reclamação a elas relativas.

13.9. As modalidades de seguro garantia e de fiança bancária não podem trazer cláusulas restritivas do uso da garantia e nem de limitações de prazo para comunicado de sinistro, se for o caso.

13.10. Havendo necessidade de alteração da garantia, a CONTRATADA deverá efetuar a pertinente adequação, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da autorização da Contratada, sob pena de aplicação das sanções administrativas pertinentes.

13.11. O prazo de validade da garantia prestada será contado a partir da data de início da vigência do CONTRATO, e deverá estender-se por mais 60 (sessenta) dias após o fim do prazo de execução do objeto do Contrato.

13.12. O não recolhimento, pela CONTRATADA, da garantia no prazo e na forma estabelecidos no instrumento convocatório caracteriza inadimplemento contratual, sujeitando-o às penalidades administrativas pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO SIGILO

14.1. Caso a CONTRATADA venha a ter acesso a dados, materiais, documentos e informações de natureza sigilosa, direta ou indiretamente, em decorrência da execução do objeto contratual, deverá manter o sigilo dos mesmos, bem como orientar os profissionais envolvidos a cumprir esta obrigação, respeitando-se as diretrizes da CONTRATADA, e respondendo, em caso de descumprimento, na forma da Lei Federal nº 12.527/2011 e demais legislações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DA CONDUTA E INTEGRIDADE



[Handwritten signatures and initials]

15.1. A partes, na execução do objeto deste CONTRATO, se obrigam a respeitar, cumprir e fazer cumprir, o Código de Conduta Ética e Integridade da PBH ATIVOS, veiculado por meio da Instrução Normativa nº 004/2021 e disponibilizado no sítio eletrônico da PBHATIVOS-<http://pbhativos.com.br/governanca-corporativa/politicas/>, comprometendo-se com a ética, a integridade corporativa, e a sustentabilidade nos pilares econômico, social e ambiental, além de:

- I - recusar práticas de concorrência desleal, trabalho infantil, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, trabalho forçado ou em condições degradantes, assim como toda e qualquer forma de violência física, sexual, moral ou psicológica;
- II - tratar com respeito, cordialidade e em conformidade com os princípios daquele Código de Conduta e Integridade todos os envolvidos na execução do objeto desta contratação, oferecendo tratamento equânime a todos eles, evitando qualquer privilégio, discriminação e toda forma de corrupção e fraude;
- III - oferecer produtos e serviços de qualidade visando à plena satisfação dos seus clientes;
- IV - preservar e tratar com sigilo os dados cadastrais e informações pertinentes a clientes, fornecedores, prestadores de serviços e demais parceiros, obtidos em decorrência da execução do objeto desta contratação;
- V - abster-se de indicações a clientes, ainda que por eles solicitadas, de prestadores de serviços ou fornecedores, mantendo uma comunicação de forma estritamente profissional;
- VI - rejeitar presentes, gratificações ou vantagens, ainda que sob a forma de tratamento preferencial de ou para clientes, fornecedores, prestadores de serviços e demais parceiros ligados aos negócios ou interesses da CONTRATANTE e;
- VII - promover a excelência no atendimento aos clientes, assumindo responsabilidades e priorizando a qualidade, o prazo e a eficiência no tratamento das demandas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

16.1. Nos procedimentos licitatórios realizados pela CONTRATANTE serão observadas as determinações que se seguem, além das disposições insertas nas IN-004/2021- Código de Conduta Ética e Integridade da PBH ATIVOS e IN-008/2022-Política de Integridade e Anticorrupção da PBH ATIVOS.

16.2. A CONTRATADA deverá observar o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução do CONTRATO. Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:



- I - "prática corrupta" significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário e/ou empregado público no processo de licitação ou execução do CONTRATO;
- II - "prática fraudulenta" significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um CONTRATO em detrimento do CONTRATANTE;
- III - "prática conspiratória" significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do CONTRATANTE, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o CONTRATANTE dos benefícios da competição livre e aberta;
- IV - "prática coercitiva" significa prejudicar ou ameaçar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um CONTRATO;
- V - "prática obstrutiva" significa destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do CONTRATANTE ou outro Órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do CONTRATANTE ou outro Órgão de Controle de investigar e auditar.

16.3. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51 de 03 de julho de 2009, será denunciada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas nas Leis Federais nº 13.303/2016 e nº 10.406/2002, no RILC da PBH ATIVOS e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

18.1. A prática de atos ilícitos e o descumprimento total ou parcial das obrigações constantes do EDITAL ou do CONTRATO, pelos LICITANTES e pelo CONTRATADO implicarão nas seguintes sanções administrativas:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PBH Ativos.



18.1.1. Da advertência:

18.1.1.1. A sanção de advertência consiste em uma comunicação formal ao LICITANTE/CONTRATADO, aplicável a irregularidades de menor potencial lesivo ou de risco, por meio da qual será o LICITANTE/CONTRATADO advertido sobre o descumprimento de obrigação legal assumida, cláusula contratual ou falha na execução do serviço ou fornecimento, determinando que seja sanada a impropriedade e, notificando-o de que, em caso de inobservância ou reincidência, sanção mais elevada.

18.1.2. Da multa:

18.1.2.1. O infrator que descumprir a legislação ou cláusulas contratuais ou der causa a atraso no cumprimento dos prazos previstos neste CONTRATO, ou ainda, der causa à inexecução total ou parcial do CONTRATO, sujeitar-se-á à aplicação da penalidade de multa, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, devendo ser observados, os seguintes percentuais e diretrizes:

- I - multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega da execução dos serviços, objeto da contratação, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor da contratação;
- II - multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação em caso de recusa do infrator em assinar o CONTRATO, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;
- III - multa de 3% (três por cento) sobre o valor de referência para a licitação, na hipótese de o infrator retardar o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas, tais como:

- a) deixar de entregar documentação exigida para o certame licitatório;
- b) desistir da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela PBH ATIVOS;
- c) tumultuar a sessão pública da licitação;
- d) descumprir requisitos de habilitação na modalidade PREGÃO, a despeito da declaração em sentido contrário;
- e) propor recursos manifestamente protelatórios em sede de licitação;
- f) deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

- IV - multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:



- a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do CONTRATO, nos termos da Lei 13.303/2016 e Regulamento Interno de Licitações e Contratos;
- b) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
- c) deixar de regularizar, no prazo definido pelo CONTRATANTE, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
- d) não devolver eventuais valores pagos indevidamente pela CONTRATANTE;
- e) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do CONTRATO;
- f) tolerar, no cumprimento do CONTRATO, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
- g) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pelo CONTRATANTE;
- h) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
- i) deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do CONTRATO nas datas avençadas;
- j) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;

V - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da LICITAÇÃO na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

VI - multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, quando o infrator der causa à rescisão do mesmo;

VII - indenização a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do CONTRATO e sua conduta implicar em gastos à CONTRATANTE superiores aos contratados.

18.1.2.2 Se a recusa em assinar o CONTRATO a que se refere o inciso II do subitem 18.1.2.1 for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a PBH ATIVOS poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa.

18.1.2.3. O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

18.1.2.4. A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas previstas neste CONTRATO, cumulando-se os respectivos valores.

18.1.2.5. Quando da aplicação da penalidade de multa deverão ser observadas as atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

18.1.2.6. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do CONTRATO, devendo os instrumentos respectivos ser rescindidos, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas pela autoridade competente para contratação.

18.2. Da suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PBH Ativos.

18.2.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o CONTRATO, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do CONTRATO, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a PBH ATIVOS, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no EDITAL e no CONTRATO e das demais cominações legais.

18.3. Dos procedimentos

18.3.1. Na aplicação das penalidades será facultada a apresentação de defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis da notificação do LICITANTE/CONTRATADO, que será contado da data de juntada do aviso de recebimento – AR aos autos do processo administrativo correspondente ou do protocolo da notificação.

18.3.2. O resultado do julgamento da defesa prévia será publicado no Diário Oficial do Município.

18.3.3. Do resultado do julgamento da defesa prévia caberá, no prazo de 10 (dez) dias úteis da publicação de que trata o item anterior, a apresentação de recurso administrativo.

18.3.4. Os recursos têm efeito suspensivo, isto é, até que sejam decididos, o processo licitatório não terá seguimento, exceto quando manifestamente protelatório ou quando se puder decidir de plano.

18.4. Durante a fase de execução do CONTRATO, caberá à Diretoria Executiva:

- I. julgar as defesas prévias;
- II. receber os recursos, apreciar sua admissibilidade, manifestar-se sobre seus termos e encaminhar ao Diretor Presidente para decisão final e aplicação da penalidade, se for o caso.

18.4.1 As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, cumulativamente, após a análise do caso concreto e



não exime a LICITANTE/CONTRATADA do dever de plena execução do objeto contratado.

18.4.1.1. No caso de multa, será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis para o recolhimento do valor respectivo.

18.4.1.2. Na hipótese de deixar o infrator de pagar a multa aplicada, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios:

I. desconto na fatura imediatamente subsequente ao julgamento do recurso ou do decurso do prazo para sua interposição;

II. execução da garantia de execução do CONTRATO, caso o valor da fatura não seja suficiente;

III. adoção das demais medidas extrajudiciais e judiciais cabíveis, tais como protesto e/ou inscrição do débito nos órgãos de proteção ao crédito, e ingresso com a devida ação judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS

19.1. A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

19.2. A CONTRATADA compromete-se a garantir a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

19.3. A CONTRATADA deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

19.4. A CONTRATADA não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

19.4.1. A CONTRATADA não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do **cumprimento do objeto deste instrumento contratual**.

19.4.2. A CONTRATADA obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

19.5. A CONTRATADA fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses previstas em lei e /ou em normas específicas.

19.5.1. A CONTRATADA não será permitida deter cópias ou *backups*, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

19.5.1.1 A CONTRATADA deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

19.6. A CONTRATADA deverá notificar, imediatamente, a Contratante no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

19.6.1 A notificação não eximirá a CONTRATADA das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

19.6.2. A CONTRATADA que descumprir nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

19.7. A CONTRATADA fica obrigado a manter preposto para comunicação com a Contratante para os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores.

19.8. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE bem como, entre a CONTRATADA e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

19.9. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a CONTRATADA a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, conseqüente, sanção, sem prejuízo de outras.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

20.1. O CONTRATO poderá ser extinto:

- I. pela completa execução do seu objeto ou pelo advento de termo ou condição nele prevista;
- II. pelo término do seu prazo de vigência;



III. por acordo entre as partes, desde que a medida não acarrete prejuízos para a CONTRATANTE;

IV. em função da resolução contratual pela CONTRATANTE, conforme disposto neste CONTRATO.

20.2. A CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o presente contrato, sem que seja devida qualquer multa, penalidade ou indenização em favor da CONTRATADA, nos seguintes casos:

I. inexecução total ou parcial do CONTRATO, pela CONTRATADA;

II. descumprimento ou o cumprimento irregular ou incompleto de cláusulas contratuais pela CONTRATADA, incluindo, dentre outras hipóteses:

- a) atrasos injustificados;
- b) subcontratação total ou parcial do objeto contratual, a cessão ou transferência, total ou parcial dos direitos e deveres dele decorrentes, sem o prévio e expresso consentimento prévio da CONTRATANTE;
- c) fusão, cisão, incorporação, ou associação da CONTRATADA com outrem, sem prévia autorização da CONTRATANTE;
- d) desatendimento das determinações do gestor ou do fiscal do CONTRATO exaradas em consonância com o CONTRATO;
- e) cometimento reiterado de faltas na execução do CONTRATO;
- f) decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- g) dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADA;
- h) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do CONTRATO;
- j) ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do CONTRATO;
- k) não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado, ou falta de complementação do valor no caso de execução do valor ou de insuficiência, independente do motivo;
- l) descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- m) perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;
- n) nos casos em que a CONTRATADA for agente econômico envolvido em casos de corrupção, nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;



III. razões de interesse da CONTRATANTE, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo interno, observada a legislação aplicável ao caso.

20.2.1. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.

20.3. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE motivada por descumprimento contratual da CONTRATADA acarretará as seguintes consequências:

I. execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela CONTRATANTE;

II. retenção dos créditos decorrentes do CONTRATO até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, na hipótese de insuficiência da garantia contratual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. A CONTRATADA deverá manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, em cumprimento ao disposto no Inciso IX do artigo 69 da Lei Federal nº 13.303/2016.

21.2 A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste CONTRATO, conforme previsto no parágrafo 1º do artigo 81 da Lei Federal nº. 13.303/2016.

21.3. A tolerância do CONTRATANTE com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA, não importará de forma alguma em alteração ou novação.

21.4. A CONTRATADA não poderá caucionar ou utilizar o presente CONTRATO para qualquer operação financeira.

21.5 A CONTRATADA e CONSORCIADOS fica ciente de que a CONTRATANTE disponibilizará na internet, para acesso público, cópia do presente instrumento, contendo dados pessoais como nome completo e número de CPF do sócio representante da CONTRATADA E CONSORCIADOS, para fins de cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

CLAUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: DA MATRIZ DE RISCO E RESPONSABILIDADES

22.1. A Matriz de Risco é a cláusula contratual definidora dos riscos e das responsabilidades entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA e caracterizadora do equilíbrio econômico financeiro na execução do contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

22.2. A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos e responsabilidades relacionadas ao objeto do ajuste, conforme hipóteses não-exaustivas elencadas na Matriz de Riscos.

22.3. A CONTRATADA não é responsável pelos riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste quando este competirem à CONTRATANTE, conforme estabelecido na Matriz de Risco.

22.4. A Matriz de Risco anexo III do Termo de Referência constitui peça integrante deste contrato, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: DA PUBLICAÇÃO

23.1. A publicação do extrato do presente CONTRATO no "Diário Oficial Municipal" correrá por conta e ônus do CONTRATANTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: DO FORO

24.1. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências oriundas do presente instrumento.

E, por assim terem contratado, as partes assinam o presente CONTRATO em duas vias, de igual teor, bem como as testemunhas abaixo.


Belo Horizonte, 14 de maio de 2023



Daniel Rodrigues Nogueira
Diretor de Negócios
PBH ATIVOS


Pedro Meneguetti
Diretoria da Presidência
PBH ATIVOS


Gustavo Eugênio Maciel Rocha
CONSORCIO MRA-VALLYA-MOMENTUM

Testemunhas:


Nome: MARIO ANTONIO A. FROIS
CPF: 924.844.176-91


Nome: Maria Nazare F. Souza
CPF: 875.365.436-95

ANEXO I

ANEXO I - DESCRIÇÃO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

1. ENTREGA 1 - METODOLOGIA DE REVISÃO CONTRATUAL

Elaborar um instrumento metodológico para Revisão Contratual (Ordinária e Extraordinária) dos contratos de PPPs (Parceria Público-Privada), observando os aspectos econômicos, financeiros, jurídicos, técnico-operacionais e de engenharia, em observância aos termos previstos nos contratos, seus aditivos e anexos.

A metodologia deverá reunir dados e informações necessários para entendimento e desenvolvimento, de maneira qualificada, de futuros relatórios analíticos, planilhas, dentre outros, que tem como objetivo subsidiar a tomada de decisão pelo PODER CONCEDENTE nos seus contratos de PPPs.

A elaboração da metodologia deverá considerar, no mínimo, os seguintes aspectos:

1.1. Os relatórios da Auditoria das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, por exercício, referentes ao período da data de assinatura dos contratos até a presente data, com base nos princípios contábeis adotados no Brasil e nas normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), com análise dos Relatórios de Auditorias Internas e/ou Independentes para cada período mencionado.

1.2. Os procedimentos adotados para determinação das bases de cálculo dos impostos e contribuições elencados a seguir, e a conformidade com a legislação em vigor, para os anos fiscais a partir da data da assinatura dos contratos, em relação aos gastos efetivos atribuídos no Plano de Negócios de Referência:

- i. Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ;
- ii. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL;
- iii. Imposto Sobre Serviços – ISSQN;
- iv. Programa de Integração Social – PIS;
- v. Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS;
- vi. Outros impostos e taxas aplicáveis.

1.3. O controle patrimonial realizado pela CONCESSIONÁRIA para avaliação dos bens e instalações de bens reversíveis, vinculados ou necessários para a prestação do



Handwritten signature and initials in blue ink.

serviço outorgado incluindo aquisições de equipamentos.

1.4.. A evolução da estrutura de custos (diretos e indiretos) e despesas necessários à execução da concessão para efeitos de apuração de ganhos de eficiência e seu compartilhamento com o poder concedente para fins de cálculo, no que couber, da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

1.5. A evolução dos elementos que caracterizam a prestação dos serviços no âmbito da concessão em comparação com as condições iniciais previstas na proposta vencedora do certame licitatório, no contrato e legislação aplicável para fins de apuração de equilíbrio econômico-financeiro do contrato, incluindo:

i. Análise/revisão ou construção da matriz de risco.

ii. Análise/revisão do escopo da qualidade dos serviços prestados.

1.6. RECEITAS

a. Todas as receitas, a partir da data da assinatura do contrato, identificação e quantificação, por exercício, de todas as receitas oriundas da exploração da atividade outorgada, aberta por natureza.

b. Receitas de aplicações financeiras.

c. Receitas de aluguéis, venda de bens e equipamentos, etc.

d. Receitas acessórias, outras receitas operacionais e não operacionais.

1.7. CUSTOS

a. Todos os custos, a partir da data da assinatura do contrato, identificação e quantificação, por exercício, de todos os custos oriundos da exploração da atividade outorgada, aberta por natureza.

b. Evolução histórica dos custos, fixos e variáveis, instalações e equipamentos e pessoal de operação, visando:

i. Impacto de alterações de escopo e qualidade dos serviços ao longo do prazo de concessão.

ii. Oportunidades para ganhos de eficiência ao longo do prazo de concessão.



iii. Aderência da cláusula de reajuste contratual e seus respectivos indexadores para reajuste da contraprestação e aos custos de recursos humanos.

iv. Salários praticados em comparação com os previstos em CCT, bem como a forma de contratação para incidência de encargos.

v. Oportunidades para ganhos de eficiência ao longo do prazo de concessão.

vi. Outros custos constantes no Plano de Negócios de Referência ou similar.

vii. Custos praticados entre as partes relacionadas com os preços de mercado.

viii. Relatório consolidado contendo "Metodologia sobre o Cálculo dos Custos Médios", abrangendo tanto os custos fixos quanto as variáveis.

1.8. TRANSACIONAL

Principais transações ocorridas na empresa, com revisão dos procedimentos tributários adotados em função da apropriação das receitas, custos e despesas com base nas Demonstrações Financeiras, nos demonstrativos de apuração, documentação suporte de recolhimento e no cruzamento de dados entre os montantes apurados com as declarações exigidas na legislação, inclusive dos efeitos fiscais decorrentes das diferenças temporárias e conciliações contábeis vinculadas. A referida avaliação não deve ser confundida com consultoria/ assessoria para planejamento fiscal.

Avaliação de conformidade de normas e valores das transações com partes relacionadas.

1.9. OPERACIONAL

a. Eficácia operacional da Concessionária.

b. Parâmetros de desempenho para atendimento da demanda ao longo do contrato de concessão e parâmetros operacionais e de qualidade definidos na proposta vencedora do certame licitatório, Edital e no CONTRATO de concessão.

1.10. PROCESSUAL

A Metodologia não se limita aos aspectos econômico-financeiros, devendo abordar além dos requisitos para revisão:

i. Documentação mínima de composição do processo;



- ii. Limites técnicos e jurídicos da execução da revisão;
- iii. Roteiro detalhado das fases do processo de revisão contratual.

1.11. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES

- a. Qualidade, integridade e confiabilidade das informações de receitas, custos e contabilização (societária e regulatória) prestada pela concessionária verificando se os dados e informações.
- b. Padronização dos procedimentos contábeis adotados visando o acompanhamento e controle pelo poder concedente de suas atividades.
- c. Verificação do cumprimento aos preceitos da legislação comercial brasileira, além do ordenamento jurídico-societário e do Plano de Negócios de Referência da Concessionária, bem como a plena observância dos princípios fundamentais de contabilidade, contribuindo para a avaliação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão atribuída pelo Município de Belo Horizonte.
- d. Permitir à PBH Ativos verificar a aplicação da Contabilidade Regulatória para atendimento de dispositivos da legislação aplicável.
- e. Permitir a adequada apuração do resultado das atividades vinculadas e não vinculadas à concessão do serviço público.
- f. Permitir a avaliação da análise do equilíbrio econômico-financeiro da Outorgada.
- g. Diagnóstico, verificação da adequada contabilização societária e análise dos impactos regulatórios de transações com partes relacionadas.

2. ENTREGA 2: APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DE REVISÃO CONTRATUAL

A Metodologia de Revisão Contratual (Entrega 1) deverá ser aplicada no Contrato de Concessão Administrativa para realização de serviços de apoio não assistenciais ao funcionamento do Hospital Metropolitano Doutor Célio de Castro (HMDCC), Processo nº 04.001252.10.34 e resultará no Relatório Conclusivo da Revisão contratual acerca dos Fluxos de Caixa praticado pela concessionária e o Fluxo de Caixa Projetado, considerando as especificidades do contrato, seus aditivos e anexos (Entrega 2).



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

A Entrega 2 deverá considerar, não excluídos outros tópicos pertinentes à matéria:

2.1. RECEITAS

- a) Análise das receitas, notadamente as receitas das contraprestações públicas, aporte e indenizações pagas pelo PODER CONCEDENTE.
- b) Análise das receitas acessórias oriundas da exploração dos serviços previstos em contrato.

2.2. CUSTOS E DESPESAS

- a) Análise de preços praticados nos custos terceirizados em comparação aos preços de mercado.
- b) Análise de todos os custos, oriundos da execução contratual, em comparação aos praticados pelo mercado.
- c) Análise da evolução histórica dos custos, instalações e equipamentos e pessoal de operação, visando:
 - i. Analisar a Taxa de Ocupação – TO, índices do Cálculo da Contraprestação Pública, verificando sua aderência à estrutura do contrato,
 - ii. Verificar a aderência da fórmula paramétrica de Índice de Reajuste da Contraprestação – IRC, em especial com relação à aplicação dos Indexadores de preço para reajuste da contraprestação aos custos de recursos humanos e possíveis impactos no CAPEX;
 - iii. Verificar se os salários praticados estão de acordo com os previstos em CCT, bem como a forma de contratação para fins do IRC da contraprestação;
 - iv. Verificar oportunidades para ganhos de eficiência ao longo do prazo de concessão;
- d) Avaliar os custos praticados entre as partes relacionadas com os preços de mercado.

2.3. RELATÓRIO CONCLUSIVO E FLUXO DE CAIXA

Construção do FLUXO DE CAIXA ORIGINAL (FCO) praticado no contrato, contendo todas as receitas e despesas, custos diretos e indiretos realizados conforme os aditamentos contratuais, aportes, indenizações e outros.

Contrato nº 002/2023

Rua Espírito Santo nº 605 – 10º andar – Centro - CEP: 30.160.919, Belo Horizonte | MG

☎ +55 31 3246.7044 ✉ contato@pbhativos.com.br CNPJ: 13.593.766/0001-79

Página 25 de 31



Construção do FLUXO DE CAIXA PROJETADO (FCP) a partir do FCO com análises de preços praticados no mercado em conformidade com o Plano de Negócios e nas situações previstas no Contrato e seus aditivos.

Para fins de construção os Fluxos de Caixa deverão considerar o período inicial de análise a data de assinatura do contrato.

O Relatório Conclusivo deverá comparar, detalhadamente, os Fluxos de Caixa (FCO e FCP) em todas entradas e saídas apontando de maneira conclusiva em parecer técnico objetivando respaldar tomada decisão do PODER CONCEDENTE acerca dos cenários de revisão contratual, observando os aspectos jurídicos e econômico-financeiros da gestão contratual que impactaram ou deveriam ter impactado no equilíbrio do contrato. O FCO e FCP deverão ser elaborados tendo como referência os valores de mercado respectivos de cada exercício no período 2012 a 31 de dezembro de 2021.

As planilhas dos Fluxos de Caixa (em formato .xlsx) serão anexas ao Relatório Conclusivo que deverá conter o detalhamento de toda metodologia aplicada, incluídas premissas e quaisquer notas que permitam a plena compreensão da entrega pelo Cliente.

Além do descrito nos itens 2.1 e 2.2 deverão ser objeto do Relatório Conclusivo:

- a) Análise da aderência da prestação do serviço com as condições efetivas da proposta apresentada durante o processo licitatório e ao contrato de concessão, em especial com relação:
 - i. Investimentos e reinvestimentos.
 - ii. Desonerações ou majorações de taxas e impostos decorrentes das alterações regulamentares.
- b) Analisar os efeitos econômico-financeiros de qualquer subvenção econômica realizada à Concessionária, pelo município.
- c) Analisar o custo de capital de operações para investimentos e reinvestimentos;
- d) Análise dos efeitos dos pagamentos recebidos a título de indenização, aporte, contraprestação pública e alterações de cronograma e escopo do contrato no fluxo de caixa e valor do contrato.
- e) Análise dos impactos financeiros e regulatórios de transações com partes



relacionadas, através de comparativo de custos de operação praticados no mercado.

- f) Diagnóstico, verificação da adequada contabilização societária.
- g) Taxa Interna de Retorno – TIR.
- h) Benefícios e despesas indiretas - BDI.
- i) Descrição completa dos cenários comparativos dos Fluxos de Caixa Original e Projetado.
- j) Apuração, análise e quantificação de eventos durante a execução do contrato quanto ao compartilhamento de riscos, encargos e responsabilidades da concessionária ou do poder concedente que provocaram alteração na estrutura de custos da concessionária.

2.4. ENTREGA 3 - BANCO DE HORAS

A utilização do Banco de Horas ocorrerá mediante demanda determinada pela CONTRATANTE para auxílio nas discussões futuras a respeito do referido contrato de PPP (Entrega 2), incluindo eventuais análises de pleito de reequilíbrio.

O volume máximo de horas a serem consumidas na Entrega Banco de Horas é de 960 (novecentos e sessenta) horas, cujo consumo deverá ser previamente autorizado pela CONTRATANTE mediante emissão de ordem de serviço.

A CONTRATANTE não se vincula à contratação mínima de horas deste banco de horas.

3. DAS ENTREGAS

As entregas representam, respectivamente, os seguintes percentuais de execução do contrato:

Produto	% do contrato
Entrega 1	10
Entrega 2	60
Entrega 3	30



Total	100
-------	-----

Entrega 1

Poderá ser desenvolvida concomitantemente com a Entrega 2 sendo constituída pelos seguintes produtos:

#	Entrega 1	% do contrato	Descrição
E1.1	Plano de trabalho aprovado	2	Plano contendo o planejamento da execução contratual
E1.2	Relatório com Metodologia para Revisão Contratual	8	Manual descritivo contendo Software, planilha ou similar
Total		10	

Entrega 2

Formada pelos seguintes produtos:

#	Entrega 2	% do contrato	Descrição
E2	Relatório Conclusivo e Fluxos de Caixa	60	Relatório conclusivo com as análises especificadas no item 2. Planilhas (em formato .xlsx) contendo os fluxos de caixa devidamente detalhados no relatório.

Entrega 3

#	Entrega 3	% contrato	Descrição
E3	Banco de Horas (960 horas)	30	Suporte em possíveis discussões futuras nas esferas Jurídica, Técnica e Contábil

3.1. O prazo de vigência do CONTRATO será de 60(sessenta) meses, contados da data de sua assinatura.

3.2. Os prazos de execução do CONTRATO serão divididos de acordo com cada entrega relacionada no objeto.

3.2.1. O prazo de execução da "Entrega 1" será de 60(sessenta) dias, contados da data da emissão da Ordem de Serviço.

3.2.2. O prazo de execução da "Entrega 2" será de 12(doze) meses, contados da data da emissão da Ordem de Serviço.





3.3.3. O prazo de execução de cada serviço que integre a "Entrega 3" será estabelecido pela respectiva Ordem de Serviço, observando-se a complexidade e a especificidade de cada demanda abarcada pelo banco de horas.

3.4. A Contratada fará uma reunião, com agendamento prévio, com a Equipe da PBH Ativos, para apresentação da sua estrutura organizacional, em até 10(dez) dias úteis após a assinatura do contrato, com o objetivo de coletar dados e obter as informações necessárias para a programação definitiva dos trabalhos.

3.4.1. O Plano de trabalho com o cronograma deverá ser aprovado pela PBH Ativos S/A, no prazo de 05(cinco) dias úteis, após a reunião para apresentação da sua estrutura organizacional, sem prejudicar o escopo global do trabalho.

3.5. Como resultado dos serviços a serem executados, deverão ser entregues os produtos devidamente detalhados nesse anexo.

3.6. A Ordem de Serviço - OS será emitida pela CONTRATANTE após a aprovação do Plano de Trabalho.

3.6.1. Quaisquer alterações para a apresentação dos relatórios, a Contratada deverá submeter ao prévio conhecimento e aprovação da PBH Ativos S/A.

ANEXO II – PROPOSTA DA CONTRATADA

CONSÓRCIO MPA-VALLYA-MOMENTUM

PROPOSTA DE PREÇO AJUSTADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2022

Razão social: CONSÓRCIO MRA-VALLYA-MOMENTUM, representada pela empresa líder, Maciel Rocha Sociedade de Advogados

CNPJ: 14.171.693/0001-90

Endereço: Rua Desembargador Jorge Fontana nº 50, 9º andar, Bairro Belvedere, Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP 30.320-670

Telefone: (31) 3504 1544, (31) 8466-1229 e (21) 98141-3919

Endereço eletrônico (e-mail) para contato: consultoria@macielrocha.com.br

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria visando a fixação de uma metodologia de revisão de contratos de Parcerias Público-Privadas (PPPs), bem como o levantamento e análise de dados e informações corporativas para verificação da integridade das transações dos contratos de PPPs no que se refere, não apenas ao cumprimento de obrigações conforme matriz de riscos, mas também à mensuração de desempenho, seus impactos na remuneração e às penalizações, dentre outros aspectos contratuais, de modo a subsidiar a CONTRATANTE no processo de análise do equilíbrio dos Contratos (revisões ordinárias e extraordinárias), bem como à um eventual suporte a discussões futuras, em conformidade com as condições, quantidades e exigências estabelecidas nos contratos, termos aditivos e seus anexos.

Validade da proposta: 90 (noventa) dias.

#	Entrega	Valor unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
E1	Metodologia de Revisão Contratual	237.500,00	237.500,00
E2	Relatório Conclusivo e Fluxos de Caixa	1.425.000,00	1.425.000,00
E3	Banco de Horas (960h)	712.500,00	712.500,00
Valor Global (R\$)			2.375.000,00

Valor global: Dois milhões, trezentos e setenta e cinco mil reais.

• No valor proposto estão incluídos e considerados todos os custos, despesas e condições dos serviços, tais como custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais e trabalhistas, taxas, seguros, prazos de entrega, frete, manutenção, despesas com viagem e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a prestação dos serviços objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da Contratada.

• Ciente das informações do Edital e anexos.

Belo Horizonte, 27 de abril de 2023.

LUCAS MARTINS
MAGALHAES DA ROCHA

Assinado de forma digital por LUCAS
MARTINS MAGALHAES DA ROCHA
Dados: 2023.04.27 11:26:49 -03'00'

CONSÓRCIO MRA-VALLYA-MOMENTUM

Lucas Martins Magalhães da Rocha



Contrato nº 002/2023

Rua Espírito Santo nº 605 – 10º andar – Centro - CEP: 30.160.919. Belo Horizonte | MG

☎ +55 31| 3246.7044 ☎ contato@pbhativos.com.br CNPJ: 13.593.766/0001-79

Página 30 de 31

Handwritten signature.

Handwritten signature.

ANEXO III – MATRIZ DE RISCO

MATRIZ DE RISCO

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria visando a fixação de uma metodologia de revisão de contratos de Parcerias Público-Privadas (PPPs), bem como o levantamento e análise de dados e informações corporativas para verificação da integridade das transações dos contratos de PPP no que se refere, não apenas ao cumprimento de obrigações conforme matriz de riscos, mas também a mensuração de desempenho, seus impactos na remuneração e as penalizações, dentre outros aspectos contratuais, de modo a subsidiar a CONTRATANTE no processo de análise do equilíbrio dos Contratos (revisões ordinárias e extraordinárias), bem como a um eventual suporte a discussões futuras, em conformidade com as condições, quantidades e exigências estabelecidas nos contratos, termos aditivos e seus anexos.

Identificação dos Riscos					Avaliação	Tratamento ao Risco	
Item	Entrega	Evento de Risco	Causas	Consequências	$P(I) \times (I) = (NR)$	Resposta ao Evento de Risco	Responsável
1	Plano de trabalho aprovado	Não aprovação do Plano de Trabalho	Cronograma não compatível com as entregas previstas	Morosidade nas demais entregas	$1 \times 3 = 3$	Definir a expectativa dos prazos para as entregas	Contratada
2	Relatório com Metodologia para Revisão Contratual	Metodologia não aprovada	Metodologia não contemplar todo previsto no TR	Comprometimento da entrega 1	$2 \times 3 = 6$	Providenciar ajustes e correções	Contratada
3	Relatório Conclusivo e Fluxos de Caixa	Entrega não aprovada	Não atendimento ao disposto no TR	Comprometimento do objeto	$3 \times 4 = 12$	Providenciar ajustes e correções	Contratada
4	Banco de Horas	Indisponibilidade	Indisponibilidade do profissional requisitado	Morosidade na execução da solicitação	$1 \times 1 = 1$	Providenciar novo cronograma	Contratada Contratante

Escala de Impacto

Descrição do Impacto	Impacto	Nível
Insignificante	Muito baixo	1
Mínimo	Baixo	2
Mediano, com possibilidade de recuperação	Médio	3
Alto, com possibilidade baixa de recuperação	Alto	4
Máximo, sem possibilidade de recuperação	Muito Alto	5

Escala de Probabilidade

Descrição	Impacto	Nível
Sem histórico de ocorrência, fato extraordinário	Muito baixa	1
Ocorre, de maneira rara e inesperada	Baixa	2
Frequência reduzida de acontecimento	Médio	3
Histórico de ocorrência amplamente conhecido de forma casual	Alto	4
Ocorre de forma repetida, constante	Muito Alto	5

Nível de risco

Probabilidade x Impacto = Nível de Risco

Risco	Escala
Baixo	1 - 2
Médio	3 - 6
Alto	7 - 12
Extremo	13 - 25

